

Constituinte segue o Camboja e muda normas orçamentárias

Franklin Martins

BRASÍLIA — A Constituinte definiu que, no prazo máximo de dez anos, os orçamentos fiscais e das empresas estatais deverão ser distribuídos entre as diversas regiões do país, de modo proporcional às suas populações no biênio 86/87. A medida, que beneficia bastante o Norte e o Nordeste e prejudica o Sudeste, foi aprovada por 399 votos a favor, 26 contra e 12 abstenções.

“Do jeito que a emenda está redigida, se for aplicada, será a implantação do modelo cambojano no país”, disse o deputado José Serra (PMDB-SP), referindo-se à experiência adotada no Camboja de esvaziar as cidades e regiões mais desenvolvidas, o que desorganizou inteiramente a economia e a sociedade. “Isso é um absurdo. Engessa o orçamento, que hoje é feito com base nas prioridades nacionais. Acaba com a capacidade de o governo nacional administrar o país”, afirmou o deputado Delfim Netto (PDS-SP).

O deputado José Luís Maia (PDS-PI), um dos autores da emenda aprovada, não vê motivo para tanto alarme. “Ninguém vai arrancar fábricas ou a USP de São Paulo. É apenas a reparação de erros seculares cometidos em relação ao Norte e Nordeste. Essas regiões tiveram agora sua maior conquista na Constituinte”, disse.

A emenda nasceu na fase das subcomissões, justamente na de Orçamento, cujo relator era o deputado José Luís

O novo mapa do Tesouro

Regiões	População/1.000 hab.		Despesas da União	
	1980	1980	1980	1990
Norte	5.838	2,6%	5,0%	
Nordeste	34.687	12,5%	29,5%	
Sudeste	51.511	70,7%	43,9%	
Sul	18.894	9,9%	16,2%	
Centro-Oeste(a)	6.315	4,3%	5,4%	

(a) exclusive o Distrito Federal

Obs: Simulação feita pelo deputado José Luís Maia (PDS-PI) da redistribuição dos recursos dos orçamentos fiscal e das estatais, com base no critério de população.

Maia. Depois de muito enfrentamento entre os parlamentares do Norte e Nordeste, do Sul e do Sudeste, chegou-se a uma fórmula de compromisso: a distribuição dos recursos do orçamento de acordo com a população se daria com base no crescimento real das despesas de custeio e investimento.

Redistribuição — No texto aprovado, a menção ao critério do crescimento real dos gastos com custeio e investimentos foi suprimida. Dessa forma, avalia Serra, todos os recursos dos orçamentos fiscal e das estatais terão de ser redistribuídos e não apenas o seu aumento real, conforme estava previsto no entendimento anterior. Segundo seus cálculos, se a fórmula anterior fosse mantida, em dez anos, retomada a taxa de crescimento de 7% — a média do país nas últimas décadas —, a despesa pública federal dobraria. “O efeito redistributivo já seria poderoso”.

“Agora, como ficou o texto, criou-se uma situação muito séria, pode levar à liquidação das atividades federais nas regiões mais desenvolvidas do país, como fábricas, hospitais, universidades, por exemplo, ou à sua transferência para as regiões mais povoadas e menos desenvolvidas”, avalia Serra.

José Luís Maia não concorda com essas previsões. “O que não é justo é que as regiões com mais populações recebam menos recursos”, sustentou. Ele estima que, daqui a dez anos, o Norte, o Nordeste, o Centro Oeste e o Sul passarão a receber 5%, 29,5%, 5,4% e 16,2%, respectivamente dos recursos do orçamento da União, em vez dos atuais 2,6%, 12,5%, 4,3% e 9,9%. Ainda segundo os números apresentados pelo deputado piauiense, o Sudeste, que hoje fica com 70,7% do orçamento, receberá apenas 43,9%.

Ulysses transfere votação da anistia como queria o governo

BRASÍLIA — A votação da proposta que cancela a correção monetária das micro e pequenas empresas urbanas e pequenos e médios produtores rurais que se endividaram durante o Plano Cruzado foi adiada mais uma vez pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Ele alegou que, sem acordo, é impossível votar matéria de tal importância, mas o adiamento atende à vontade do governo, que quer ganhar tempo. Os autores da emenda — senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG) — disseram que vão tentar inclui-la na votação de hoje.

O clima na Constituinte foi dos mais tensos, desde o início dos trabalhos, em fevereiro de 1987. Mal começou o dia, os

arredores do Congresso foram tomados por milhares de fazendeiros ligados à UDR (União Democrática Ruralista) e às associações de micro e pequenas empresas. Do lado de dentro, os autores da emenda tentavam convencer os líderes dos partidos a aceitarem as propostas que negociaram até de madrugada com grupos de parlamentares, fazendeiros e microempresários. Mas esbarraram sempre na recusa do líder em exercício do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), em assinar qualquer acordo.

Mansueto de Lavor, Humberto Souto e Ziza Valadares chegaram a promover quatro modificações na sua proposta, reduzindo o tempo para o acerto de contas com os bancos, previsto inicialmente em 180 dias; fazendo maior seleti-

vidade para o perdão das dívidas; e até incluindo, a pedido do PDT, entidades filantrópicas e cooperativas. “Já não suporto mais tudo isso. Estou sem dormir, sem comer, há muito tempo”, queixava-se Souto antes da sessão, após mais uma tentativa frustrada de convencer o deputado Nelson Jobim.

UDR pressiona — Logo que a sessão foi aberta, às 14h 30m, centenas de ruralistas fizeram um corredor polonês na passagem que leva os deputados do seu gabinete para o plenário, distribuíram adesivos e pediram votos. Enquanto isso, os líderes da UDR, Ronaldo Caiado e Roosevelt Roqué dos Santos, cuidavam para que cerca de 500 fazendeiros ocupassem as galerias.

Dentro da sala, o diálogo da intransigência

Trancados numa sala com divisões de madeira, os líderes partidários discutiam a votação da anistia. A tentativa de acordo para a votação da anistia das dívidas dos micro e pequenos empresários havia começado numa minúscula sala, atrás da Mesa da Constituinte. O grande número de participantes obrigou a transferência da reunião para a 1ª Vice-Presidência da Câmara dos Deputados.

Os constituintes trocaram de sala mas as divergências não foram superadas. A reconstrução da conversa mostra como está difícil o entendimento:

Deputado Ziza Valadares — Vocês têm que votar no que foi combinado.

Deputado Nelson Jobim — Eu não voto.

Deputado Humberto Souto — E o acordo?

Jobim — Nós avisamos que queríamos avaliar as propostas para dizer que só votaríamos após uma concordância. A fusão de vocês não passa.

Souto — Isso foi trabalhado há muito tempo. Estamos trabalhando desde ontem cedo. O que vamos falar para as dez mil pessoas que estão aí agora?

Jobim — Não são eles que vão votar. É o quórum.

Deputado Antônio Brito — Vamos suspender a sessão.

Jobim — Sob pressão, eu não voto.

Deputado Albérico Cordeiro — Não vai dar quórum amanhã (hoje).

Jobim — O acordo devia ter sido feito até 11 horas.

Cordeiro — Então, vamos bater chapa.

De repente, a porta se abre com estrondo e o senador Nelson Jobim sai apressado para o plenário.

Deputado Inocêncio de Oliveira — Não dá mais. O Jobim já foi para o plenário.

Logo depois, sai o deputado Virgílio Guimarães, que anuncia: não haverá acordo e fusão das emendas da anistia não passará em plenário.

Encarapitados sobre poltronas, os fotógrafos começam a disparar suas máquinas pelas vidraças do alto das divisórias de madeira. Lá dentro, os parlamentares abaixam o tom de voz.

Pouco depois, sai o senador Marcondes Gadelha: “Acho que vamos votar e vai sair um acordo. Parece que eles vão retirar as entidades filantrópicas e as cooperativas da anistia.” E nada foi decidido.